

-----**ACTA N.º 7/2007**-----

-----Aos onze dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O **Senhor Vereador Hélder Bruno** apresentou uma proposta para criação de um cartão social, subscrita pelos Senhores Vereadores do PSD, que se passa a transcrever:-----

-----“Esta iniciativa visa contribuir para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes. Face ao elevado número de pessoas carenciadas no concelho de Celorico da Beira, e tendo em conta que muitas delas não têm possibilidade de participarem mais vezes nos

eventos culturais ou desportivos por dificuldades financeiras, pensamos ser de extrema importância a criação de um cartão social para que estas famílias possam usufruir dos equipamentos culturais, recreativos e desportivos que esta vila possui. Trata-se de uma forma de dinamizar os espaços, dar-lhes mais utilidade, em suma mais vida. -----

-----Esta proposta dever-se-ia alargar aos idosos do nosso concelho, com a criação complementar do cartão do idoso para pessoas com mais de 65 anos, para incentivar estes grupos especiais a praticarem mais actividade física e aumentarem o gosto pelas várias actividades culturais e recreativas.

-----O titular deste cartão passaria a beneficiar de: -----

----- - Isenção do pagamento de tarifas pela utilização do Serviço de Transportes Urbanos da Câmara Municipal; -----

----- - Isenção na entrada em actividades culturais, recreativas e desportivas promovidas pela Câmara Municipal de Celorico;-----

----- - Redução de 50% na utilização das Piscinas Municipais;-----

----- - Descontos de 50% na utilização de todas as infra-estruturas, equipamentos e actividades culturais, recreativas e desportivas levadas a efeito pela Câmara Municipal. -----

-----Outras propostas:-----

----- - Comparticipação de alguns grupos de medicamentos devidamente estudados e identificados; -----

----- - Estabelecer outros protocolos de colaboração com o comércio local que permitam por exemplo reduções no preço das refeições em alguns restaurantes da vila; possibilidades de fornecimento de refeições na cantina – restaurante do CCT do Município; desconto percentual nas despesas efectuadas nas ópticas da vila e desconto nos combustíveis em algumas bombas de gasolina. -----

-----Os beneficiários deste cartão passariam a ter um incentivo para sair mais de casa, encontrarem-se com a família ou com os amigos, viajarem a lugares que ainda desconhecem e participarem em actividades culturais caso assim o entendam. -----

-----**Devemos olhar atentamente por aqueles que precisam**".-----

-----Segundo o **Senhor Vereador Hélder Bruno** a proposta apresentada prende-se essencialmente com três pressupostos:-----

-----O facto de enquanto Vereadores do Município terem constatado que existe um número considerável de pessoas em situação de carência;-----

-----Poderem usufruir das infra-estruturas existentes no Município e rentabilizá-las; -----

-----Refere que a criação deste cartão obrigaria à aplicação de regras e metodologia nos apoios concedidos. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** mostrou-se muito agradado com a proposta apresentada, porque uma vez mais revela a preocupação dos Senhores Vereadores, com os problemas do Município. Pese embora o facto de a proposta de criação do cartão sénior e do cartão júnior, constar do programa de campanha do Executivo em exercício e que pensa concretizar o mais breve possível, encontrando-se já em fase de elaboração, considera que na proposta apresentada existem boas ideias que deverão ser tomadas em consideração. -----

-----O **Senhor Vereador José Luís Cabral** louvou a atitude dos Senhores Vereadores e pensa que este trabalho pode ser elaborado em colaboração com todo o Executivo Camarário. -----

-----Informou que, o transporte é gratuito, o acesso aos espectáculos do Centro Cultural, na sua maioria também o é, bem como às piscinas municipais.-----

-----Referiu ainda que o cartão 65+ já esteve em funcionamento no Município e houve uma fraca aderência por parte dos próprios idosos. -----

-----O **Senhor Vereador António Silva**, ainda sobre o assunto referiu que houve uma candidatura ao Programa POSI, para aquisição de uma

plataforma tecnológica que fizesse a gestão destes cartões, mas a mesma colidiu com a candidatura da GuardaDigital, pelo que, neste momento aguarda-se a homologação desta, para depois se encetarem as acções convenientes para operacionalizar a plataforma pretendida.-----

-----Referiu ainda que considera a proposta apresentada para a comparticipação de medicamentos, muito válida, propondo que, para o efeito se promova o envolvimento da indústria farmacêutica.-----

-----O **Senhor Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de um fax proveniente do GAF – Grupo Aprender em Festa, onde refere que em Dezembro último a Instituição se candidatou a um Programa Nacional denominado PIF – Plano de Intervenção Focalizada, no âmbito do IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência. Da candidatura resultará um trabalho de investigação – acção de dois anos junto das famílias com crianças dos dois aos sete anos, apontadas pela CPCJ de Seia, Gouveia e Celorico da Beira, que permitirá a comparação à realidade portuguesa de um modelo de intervenção inglês em famílias multi-problemáticas.-----

-----O Senhor Vereador disse que este projecto foi concebido em parcerias com as Câmaras Municipais de Seia, Gouveia e Celorico da Beira, bem como, com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens dos referidos Concelhos, será supervisionado pela Dra. Filomena Gaspar, representante do Núcleo de Psicologia da Faculdade de Psicologia de Coimbra.-----

-----Informou que o projecto esteve em apreciação desde Dezembro, cumprindo as duas primeiras etapas de avaliação e será alvo da avaliação final através de defesa oral nos Serviços Centrais do IDT em Lisboa no dia 18 de Abril.-----

-----Informou ainda que relativamente às questões colocadas na última reunião do Executivo sobre o PMP, a situação estava em autogestão. Com o projecto supra mencionado o Concelho de Celorico da Beira fica abrangido por uma rede de prevenção vocacionada para uma faixa etária

mais baixa, e no futuro, caso os PMP's sejam reestruturados irão incidir sobre uma faixa etária mais alta. -----

-----Por último referiu que, considerando que cada vez mais cedo as crianças despertam para esta realidade, é defensor da prevenção em faixas etárias mais baixas, de forma a terem uma consciência objectiva dos malefícios subjacentes ao consumo de drogas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**FOTOCÓPIAS DE PROJECTOS REFERENTES AO CONCURSO DE “AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE DIA DE VALE DE AZARES”,**-----

-----**PEDIDO DE SUBSÍDIO;**-----

-----**EXECUÇÃO DE UM PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – ISENÇÃO DE TAXAS,**-----

-----**Requerente: Alda da Piedade Abrantes Cabral;**-----

-----**REQUISIÇÃO DE PERITAGEM;**-----

-----**AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE CELORICO – GARE;**-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO,**-----

-----**Requerente: Luís Manuel de Almeida;**-----

-----**MUNICÍPIO DO CARTAXO - CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO;**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES;**-----

-----**PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA; --**

-----**TRANSPORTES ESCOLARES;**-----

-----**ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS;**-----

-----**AMPLIAÇÃO DA CASA DO POVO DE ALDEIA DA SERRA;**-----

-----**INSTALAÇÕES DO ANTIGO MERCADO DO GADO EM CELORICO DA BEIRA;** -----

-----**ALTERAÇÃO À DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL SETE.**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E SETE**-----

-----Foi presente a acta número seis, da reunião ordinária do Executivo de vinte e um de Março de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**II - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2007**-----

-----**Requerente: Associação de Solidariedade da Rapa**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 1177/2007, datada de vinte e seis de Março de dois mil e sete, informando que após análise do pedido, a requerente pretende o licenciamento de publicidade em duas viaturas com as matrículas 33-25-JX e 30-91-JE, pertencentes à Associação de Solidariedade Social da Rapa, bem como, a isenção do pagamento da respectiva taxa de publicidade para o ano de 2007. -----

-----Na alínea c) do N.º 2 do artigo 13º, da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Publicidade e Outras Utilizações do Espaço Público do Concelho de Celorico da Beira, pode ler-se “Poderão ainda estar isentos do pagamento de taxas, total ou parcialmente mas sujeitos a aprovação: As instituições particulares de solidariedade social legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários”. No N.º 4 do mesmo artigo diz: “As isenções referidas no

número dois serão concedidas por deliberação da Câmara Municipal, mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova de qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão da isenção”.-----

-----Verifica-se no artigo 1º dos estatutos da referida associação que a mesma é uma instituição particular de solidariedade social. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxas de publicidade para o ano de 2007, duas viaturas com as matrículas 33-25-JX e 30-91-JE, da Associação de Solidariedade Social da Rapa.**-----

-----**III - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: MATERIAL DE AQUECIMENTO USADO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património datada de quinze de Março do corrente ano, referindo que a cedência de bens à Associação Lageosense de Solidariedade Social e ao Centro Recreativo e Cultural de Lageosa do Mondego, deverá ser sujeita a deliberação do órgão executivo, já que, apesar dos mesmos não fazerem ainda parte do cadastro de inventário do Município, a alínea e) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99 com as alterações que lhe foram introduzidas, estabelece como competência da Câmara Municipal “*Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei;*”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter este assunto à Secção de Património para reformular o texto da informação.**-----

-----**ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS A 2006**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta acta (**anexo I**), para análise e

apreciação do Executivo, dando de seguida, a palavra ao Senhor Vereador António Silva, para uma explicação mais detalhada do documento.-----

-----O **Senhor Vereador António Silva** referiu que a percentagem de execução orçamental traduziu-se em 41,01%, na receita e 40,14%, na despesa.-----

-----Informou que o ano 2006 foi um ano de contenção, recuperação e retorno de capitais financeiros por candidaturas aos vários programas do QCA III. -----

-----Referiu ainda que o registo e contabilização dos bens patrimoniais não eram actualizados desde 2002. Com a entrada do actual Executivo foi solicitado que se fizesse actualização e conferência do património, mas só foi possível fazer no decurso de 2006, porque anteriormente não existiam meios humanos e materiais afectos especificamente ao Património e Inventário.-----

-----Os resultados líquidos do exercício de 2006, registam um valor positivo de 37.250,84€.-----

-----Salientou a diminuição dos custos com pessoal. -----

-----Informou que a rubrica proveitos diferidos foi rectificada desde 2002, pelo facto de as receitas recebidas terem sido imputadas directamente no exercício económico correspondente.-----

-----Esclareceu ainda que o FEF teve uma redução na ordem dos 200 mil euros. -----

-----O **Senhor Vereador Rui Correia** disse que o actual Executivo tem as contas bem organizadas e vê-se que fizeram um bom trabalho. Dá os parabéns ao Executivo pelo trabalho feito e que lhe apraz registar a forma como têm equilibrado as contas, durante o ano em apreço. -----

-----No entanto considera existir ainda um peso exagerado em relação ao pessoal contratado e avençado.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano financeiro de 2006.-----

-----Mais deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, os documentos da prestação de contas relativos ao ano de 2006.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----IV - JUNTA DE FREGUESIA DE MINHOCAL-----

-----ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

-----Foi presente requerimento número 0012/07, datado de dezanove de Março de dois mil e sete, em nome da Junta de Freguesia de Minhocal, referindo que pretende concluir a construção dos balneários de apoio ao polidesportivo, nomeadamente colocação de equipamentos sanitários, bem como, o calçetamento do terreno envolvente e a electrificação do referido polidesportivo, solicitando para o efeito um apoio financeiro no montante de 3 750,00€-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir o subsídio no valor de 3 750,00€ à Junta de Freguesia de Minhocal.-----

-----V - QUEIMA DAS FITAS 2007-----

-----ASSUNTO: PEDIDO DE PATROCÍNIO PARA QUEIMA DAS FITAS DE COIMBRA-----

-----Requerente: Quartanistas da Licenciatura de Línguas e Literaturas Modernas.-----

-----Foi presente documento da aluna, Vera Lúcia Proença Henriques, residente na freguesia de Prados, do Curso de Línguas e Literaturas Modernas, em Coimbra, solicitando um donativo para a construção do carro de curso, através da aquisição de espaços publicitários na plaquete de curso.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um donativo no valor de 120€ (cento e vinte euros), à Comissão Organizadora do Carro dos Quartanistas da Licenciatura de Línguas e Literaturas Modernas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Queima das Fitas 2007).-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE PATROCÍNIO**-----

-----**Requerente: Novos Fitados de Medicina**-----

-----Foi presente documento dos Novos Fitados de Medicina, subscrito pela aluna Fátima Delgado Rodrigues, solicitando um donativo para a construção do carro de curso, através da aquisição de espaços publicitários na plaquete de curso-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um donativo no valor de 105€ (cento e cinco euros), à Comissão Organizadora do Carro dos Quintanistas do curso de Medicina, da Faculdade de Medicina de Coimbra (Queima das Fitas 2007).-----

-----**VI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----**ASSUNTO: ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO PERMANENTE DOS CENTROS DE SAÚDE - REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIAS**-----

-----Foi presente circular n.º 42/2007-PB, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de vinte e nove de Março do corrente ano, referindo que na sequência da circular 33/2007-MJS, de 14/03/2007, relativa ao assunto referido em epígrafe, informam que a ANMP apresentou já ao Ministério da Saúde uma proposta de protocolo que procura definir os princípios aplicáveis à reforma das Urgências Hospitalares e dos Serviços de Atendimento Permanente, assegurando as condições necessárias e suficientes ao nível dos serviços a prestar às

populações e à audição dos municípios, tendo em vista a contratualização desta matéria.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**VII - EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE, E.M.**-----

-----**ASSUNTO: RETRIBUIÇÕES/REGALIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**-----

-----Foi presente ofício n.º DAF 01, datado de vinte e sete de Março de dois mil e sete, proveniente da Empresa Municipal Celoricense, E.M., referindo que foi enviado um ofício ao Tribunal de Contas, informando que o Conselho de Administração da Empresa Municipal Celoricense, E.M. constituído por Presidente – José Francisco Gomes Monteiro, Eng.º, Administrador – José Luís Saúde Cabral, Dr.º e Administrador – António Graça Silva, Dr.º, não recebem, nem nunca receberam qualquer retribuição e/ou regalia pelo desempenho das suas funções nesta Empresa.-----

-----Mais informa que do teor deste ofício foi dado conhecimento ao Município de Celorico da Beira e à Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**VIII - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A LIGA DOS AMIGOS DO BARAÇAL**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do número três do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei número cinco – A, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Protocolo entre o Município de Celorico da Beira e a Liga dos Amigos do Baraçal, que fica apenso a esta acta (**anexo II**), por forma a garantir o transporte

dos alunos da Escola de 1º Ciclo do Baraçal de e para a IPSS durante o período de almoço, tendo sido adoptado como modelo de financiamento, 0,50€ por quilómetro realizado. Os pagamentos às respectivas IPSS será efectuado mediante a apresentação mensal do mapa respectivo da quilometragem efectuada. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a assinatura do Protocolo entre o Município de Celorico da Beira e a Liga dos Amigos do Baraçal.**-----

-----**ASSUNTO: PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO - APOIO A EQUIPAMENTO**-----

-----No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, a Associação Juvenil “Os Bazófiás”, candidatou-se, na área de Equipamento. Estando orçamentado em 6 582,40€ (seis mil, quinhentos e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos). -----

-----Nessa sequência, foi solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro no valor de 4 607,70€ (quatro mil, seiscentos e sete euros e setenta cêntimos).-----

-----Sobre o assunto, foi presente parecer do Gabinete de Acção Social, informando que, de acordo com os critérios definidos no Regulamento do PAA, propõem a atribuição de um apoio financeiro no valor de 4 607,70€ (quatro mil, seiscentos e sete euros e setenta cêntimos). -----

-----**No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio à Associação Juvenil “Os Bazófiás”, no valor de 4 607,70€ (quatro mil, seiscentos e sete euros e setenta cêntimos), para equipamento.**-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** deu os parabéns a esta Associação pelo trabalho desenvolvido, nomeadamente na área da música.

-----Relativamente a este assunto o **Senhor Vereador Hélder Bruno** questionou o uso do PAA para o efeito, uma vez que o mesmo não está ser utilizado pelas outras Associações. Considera que tem que haver uma uniformização dos critérios para a atribuição de subsídios, para que não sejam cometidas injustiças. -----

-----Neste momento ausentou-se da sala, o Senhor Vereador Hélder Bruno da Fonseca Gomes. -----

-----**FOTOCÓPIAS DE PROJECTOS REFERENTES AO CONCURSO DE “AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE DIA DE VALE DE AZARES”**-----

-----**PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de dois de Abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

-----“Relativamente ao assunto em epígrafe, vem a Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Azares solicitar que lhe fosse atribuído o subsídio no valor de 2 080,68€, correspondente ao pagamento das fotocópias do projecto referenciado. -----

-----Deste modo, somos a informar V.Ex.^a que existe uma discrepância no valor indicado (2 080,68€), sendo este de 2 059,10€, devendo-se o diferencial, provavelmente, a portes de correio.” -----

-----Sobre o assunto o **Senhor Presidente** esclareceu que o montante de 2.059,10€ é referente a fotocópias de projectos do concurso “Ampliação do Centro de Dia de Vale de Azares”, tiradas na Autarquia e debitados à Associação. Nesta sequência deu conhecimento que o valor mencionado foi atribuído à Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Azares, para ser usado unicamente para efectuarem a ligação à rede de saneamento, uma vez que a fossa séptica existente não tem condições de salubridade. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**EXECUÇÃO DE UM PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – ISENÇÃO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: Alda da Piedade Abrantes Cabral**-----

-----Foi apresentado um requerimento pela Senhora Alda da Piedade Abrantes Cabral, solicitando a execução de um projecto de reconstrução da sua habitação, sita na Rua da Igreja, Freguesia do Minhocal, Concelho de Celorico da Beira, pelos Técnicos deste Município, de acordo com o n.º 11 do artigo 14 do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira. Mais solicitou a isenção de taxas de acordo com a alínea d) do n.º 4 do artigo 14 do Regulamento citado.-----

-----Nesta sequência foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de quatro de Abril de dois mil e sete, referindo que o agregado familiar é composto pela própria e um irmão, residindo este agregado na freguesia do Minhocal.-----

-----Segundo os critérios de avaliação de situações de carência, que constam do Regulamento para Situações de Carência, artigo n.º 3, este agregado apresenta uma situação de carência económica, visto que, a capitação média mensal do agregado familiar é de 291,04€, sendo esta inferior ao salário mínimo nacional em vigor.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente.**-----

-----**Mais deliberou, por unanimidade, isentar a requerente do pagamento de taxas, uma vez que se trata de uma situação de carência.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**REQUISIÇÃO DE PERITAGEM**-----

-----Foi presente informação número 28/2007, do Gabinete Jurídico datada de nove de Abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

-----“Veio o Senhor António Carlos Albuquerque Álvaro recorrer hierarquicamente para a Câmara Municipal do acto administrativo do Senhor Presidente da Câmara que se traduziu no indeferimento do pedido formulado pelo mesmo em 04/08/2004, onde pedia que fosse alterada a forma como se projectava construir o telhado do prédio confinante com o do recorrente (Proc. de obras n.º 3/2003). -----

-----Posteriormente com data de 15/03/07, apresentou requerimento onde solicita o deferimento tácito do requerido. -----

-----Ora, salvo o devido respeito não assiste razão ao requerente, já que decorridos os prazos referidos nos n.º s 1 e 2 do artigo 175º do C.P.A, sem que haja sido tomada uma decisão, considera-se o recurso tacitamente indeferido, o que sucedeu. -----

-----Pelo que, a falta de decisão no prazo legalmente fixado implica o indeferimento tácito da pretensão do recorrente.-----

-----Quanto à pretendida peritagem solicitada, referente à obra de construção levada a cabo por Helena Catarina Almeida Bento Paulino, cumpre informar que o requerente durante todo o período de execução da obra, teve à sua disposição os meios legais necessários para actuar.-----

-----Não o tendo feito, entende-se que a Câmara Municipal não deve deferir a peritagem requerida, devendo o requerente dirimir o seu conflito em instância apropriada.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.** -----

-----**AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE CELORICO – GARE**-----

-----Na sequência da deliberação do Executivo do dia vinte e um de Março de dois mil e sete, foi presente o Acordo com vista à ampliação do

Cemitério de Celorico-Gare, que se apensa a esta acta (**anexo III**), para aprovação. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo outorgado pelos Senhores, David José Leandro Duarte Ribeiro; Ana Casimiro Conceição Rodrigues Andrade; Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira e Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, com vista à ampliação do cemitério de Celorico-Gare. ---**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: Luís Manuel de Almeida**-----

-----Foi presente requerimento n.º 298, datado de 04/04/2007, em nome de Luís Manuel de Almeida, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quintãs de Cima, freguesia de Linhares da Beira, inscrito sob o artigo matricial número seiscentos e noventa e sete, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art. 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em 1997, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de 1981. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere terá sido construído antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente. -**

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**MUNICÍPIO DO CARTAXO - CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO**-----

-----Sobre o assunto em título, foi presente fax do Município do Cartaxo, datado de 3/04/2007, no qual reiteram o convite ao Município de Celorico da Beira para adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho – AMVP. -----

-----Sobre o assunto o **Senhor Presidente da Câmara** informou que agradecia o amável convite, mas, atendendo ao facto de o Município de Celorico da Beira não ter tradição vinícola, nem estar inserido em nenhuma zona demarcada, preteriam o convite formulado pelo Ex.mo Senhor Presidente do Município do Cartaxo, não obstante, no futuro poder existir cooperação entre os dois municípios, nesta ou noutra área distinta. -----

-----**A Câmara concordou com o exposto pelo Senhor Presidente da Câmara e endereçou votos de sucesso para a referida Associação.**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número quatro, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo IV**).-----

-----**PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA**---

-----Foi presente uma proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara que se apensa a esta acta (**anexo V**), propondo que a cobrança dos passes escolares passe a efectuar-se na Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, pelo Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, deixando de ser

necessário a deslocação dos alunos à Câmara Municipal para esse efeito, contribuindo desta forma para uma redução do absentismo escolar.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, que visa regulamentar a venda de passes escolares.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**TRANSPORTES ESCOLARES**-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 3, do art. 4.º do Decreto Lei n.º 299/84, o Plano de Transportes Escolares tem de ser aprovado pela Câmara Municipal até o dia 15 de Abril, de cada ano, ficando a fazer parte integrante desta acta em anexo (**anexo VI**).-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Transportes Escolares.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovado em minuta.* -----

-----**ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de 9/4/2007, solicitando que seja aberta uma conta bancária para a CPCJ de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de uma conta bancária para a CPCJ de Celorico da Beira.**-----

-----**AMPLIAÇÃO DA CASA DO POVO DE ALDEIA DA SERRA**-----

-----Sobre o assunto em tópico foi presente informação da Secção de Obras Municipais, dando conhecimento que em 23/12/2003, foi deliberado

em reunião de Executivo incluir no orçamento de 2004 o valor de 25.227,36€ (vinte e cinco mil, duzentos e vinte e sete euros e trinta e seis centavos), correspondendo a 30% da candidatura, a título de subsídio para a execução da obra “Ampliação da Casa do Povo de Aldeia da Serra”, podendo desta forma a Junta de Freguesia incluir a receita como autofinanciamento da candidatura no seu orçamento.-----

-----Mais informou que não foi entregue qualquer verba à Junta de Freguesia, para este efeito; contudo, foi atribuído material no valor de 13.133,40€ (treze mil, cento e trinta e três euros e quarenta centavos).-----

-----Assim, no sentido de concluir a obra, pretende-se fazer um procedimento conducente ao “fornecimento e aplicação de caixilharia em alumínio”, no valor estimado de aproximadamente 10.000,00€ (dez mil euros). -----

-----Ainda sobre o assunto a Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo, Eng.ª Cristina Martins informa que, após consulta dos serviços financeiros, o valor em questão pode ser cabimentado na rubrica “Pequenas Obras nas Freguesias”. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**INSTALAÇÕES DO ANTIGO MERCADO DO GADO EM CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Vereador António Silva, que se anexa à presente acta (**anexo VII**), com o seguinte teor: -----

-----“Sobre o assunto em tópico sou a propor o estudo da possibilidade da cedência do edifício do antigo mercado de gado, sendo os custos suportados pela entidade (adaptação e arquitectura exterior). -----

-----A cedência do edifício poderá ser cedido em tempo (t), sendo que (t) seria determinado pelo quociente entre custo de adaptação e instalação e a renda a valor de mercado. -----

-----Sendo t expresso em anos. -----

-----Atendendo que estamos a falar da recuperação de um edifício degradado e com a possibilidade de criação de postos de trabalho, proponho uma majoração, que deverá ser calculada pela diminuição do divisor (renda), nos seguintes moldes: -----

-----Até 10 postos de trabalho – 20%; -----

-----De 10 a 15 – 25%; -----

-----De 15 a 20 – 40%; -----

-----Mais de 20 postos – 50%”. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o critério apresentado para a cedência do edifício do antigo Mercado do Gado. --**

-----**ALTERAÇÃO À DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL SETE** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, que a próxima reunião ordinária que deveria ter lugar no dia dezoito de Abril do corrente ano, se realize no dia vinte e quatro do mesmo mês pelas quinze horas. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e vinte minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----